

Carta da Aliança Democrática orientou a mudança na emenda

Brasília — Quinta-feira à tarde, durante a solenidade de entrega do troféu Juca Pato ao Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), em São Paulo, o Presidente Sarney já decidira que modificações fazer no projeto de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A bordo do avião, na volta a Brasília, Sarney contou ao Senador que decidira suprimir o 2º artigo do projeto, que liberava a assembleia para alterar a Federação e a República, porque achava que isso feria um dos compromissos da Aliança Democrática. Ao final, a emenda do Governo ficou em três parágrafos.

A carta-compromisso que, em junho do ano passado, marcou a formação da Aliança Democrática, reforçava o regime republicano e federativo de Governo, daí porque Sarney entendeu que não seria conveniente revogar esses dois princípios, logo no seu projeto de convocação da Constituinte. Outro entendimento em que ele e Fernando Henrique Cardoso se uniram foi o de que não há anseio popular para mudar a República e a Federação no Brasil. O Presidente da República está convencido de que a Constituinte não alterará isso.

Mudanças

Ontem, 15 minutos antes da solenidade de assinatura do projeto de convocação da Constituinte, numa conversa com seus líderes no Congresso, o Presidente Sarney explicou as alterações promovidas naquele texto. Disse que elas resultavam do debate surgido em torno de cada artigo e que, em sua opinião, o texto tinha ficado mais "enxuto". Segundo Sarney, a supressão da determinação de que o presidente do STF dirigirá a instalação dos trabalhos com "suprema autoridade" foi uma decisão pessoal sua. Ele achava o termo "suprema" e opinião

O novo texto

Art 1º — Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 31 de janeiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art 2º — O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembleia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu presidente.

Art 3º — O projeto de Constituição será promulgado no curso da primeira sessão legislativa da 48ª legislatura, depois de aprovado, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte.

semelhante já havia sido exprimida por Fernando Henrique Cardoso, no dia da apresentação da emenda do documento.

Segundo o jurista Célio Borja, assessor especial do Presidente da República, o artigo 1º explica a supressão do artigo 2º, por fixar que a Constituinte será "livre e soberana". Se a Assembleia será livre e soberana, não é necessário dispor que ela não está limitada pelo artigo 47 da atual Constituição, que proíbe a abolição da Federação e da República. "O artigo 2º caiu porque era redundante", — disse o jurista.

De acordo com Célio Borja, as razões que levaram à escolha do presidente do Supremo Tribunal Federal e não do

Tribunal Superior Eleitoral — como chegou a ser cogitado — para instalar a Constituinte são históricas. Em 1946, lembrou ele, a Constituinte foi instalada pelo presidente do TSE, Valdemar Falcão, porque o presidente do STF, José Linhares, estava no exercício da Presidência da República, em substituição a Getúlio Vargas.

O jurista explicou também o fato de a convocação da Assembleia Constituinte passar a integrar o texto da Constituição em vigor, exatamente uma Carta que será revogada pela Assembleia. "Os poderes constituídos da República continuam existindo, mas estão devolvendo poder original (à vontade do povo) o poder de se auto-organizar". Na mensagem presidencial de encaminhamento da emenda está a advertência:

— Até lá (até a nova Constituição), e sob pena de instalar-se o caos normativo, que a ninguém interessa, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela própria admitidos, para que a vontade de alguns não seja erigida em mandamento supremo de todos.

Ao explicar as modificações sofridas pelo projeto, o Presidente Sarney disse aos seus líderes que resolvera manter o artigo 3º, apesar dos diversos argumentos contrários. O artigo diz que a nova Constituição será aprovada em dois turnos de discussão e votação, por maioria absoluta. O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, achava mais conveniente que a Constituinte decidisse em primeiro turno por maioria simples e, em segundo, por maioria absoluta.

O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, no entanto, apoiou o fato de o artigo ser mantido.

José Hugo leva a mensagem ao Congresso

Brasília e Salvador — "Que desta vez a Constituição venha para ficar", disse o presidente do Senado Federal, José Fraguelli, ao receber das mãos do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, José Hugo Castelo Branco, a mensagem de convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Num breve discurso, Fraguelli louvou a retomada do processo democrático de reforma das instituições e pregou a realização de um pacto fundamental, nos campos político e social, capaz de impedir "novas e lamentáveis ocorrências de quebra da normalidade institucional".

Diante de seis senadores e funcionários de alto escalão do Senado, José Hugo disse que a intenção do Governo é de que a Constituinte gere a mais intensa mobilização popular: "É do interesse do Presidente que se crie a mística da Assembleia Nacional Constituinte, para que o povo brasileiro tenha consciência da importância da eleição dos seus representantes nessa Assembleia".

O Cardeal Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador e Prímaz do Brasil, assegurou a presença da Igreja na primeira grande manifestação de rua que marcará o lançamento da campanha pela Constituinte na Bahia. Ele disse isto ontem à tarde, ao receber o convite do presidente da seção regional da OAB, Pedro Milton de Brito, para o ato que se realizará em seguida ao desfile cívico do 2 de julho, no Campo Grande.

D Avelar disse à comissão que o visitou às 15h, chefiada pelo presidente da OAB, que "a Igreja não poderia ficar ausente neste momento, pois não peca por omissão", e anunciou que vai formar um grupo para estudar a questão sob o aspecto religioso.

Reale acha que existe "exagero demagógico"

São Paulo e Brasília — Um projeto sucinto, preciso, limitado ao essencial. Assim foi definida pelo jurista Miguel Reale a emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte enviada pelo Presidente José Sarney ao Congresso Nacional. Reale alertou, contudo, para a existência de um "exagero demagógico" que vem adiando a criação da comissão — a ser coordenada pelo jurista Afonso Arinos — que vai preparar o anteprojeto da nova Constituição.

Apesar de o projeto não ser explícito neste ponto, Miguel Reale considera que os 23 senadores eleitos em 1982, para um mandato de oito anos, não podem deixar de ser considerados "membros natos" da Assembleia Nacional Constituinte. Para justificar sua opinião, o jurista lembrou que esses senadores, uma vez promulgada a nova Constituição, "terão poderes para reformá-la na forma que for prevista".

Miguel Reale afirmou que o Presidente José Sarney não teve "outro caminho" que não o de outorgar "plenos poderes constituintes ao futuro Congresso". Explicou que isso se deve ao fato de que "nos encontramos perante uma ordem constitucional em vigor, a qual — quaisquer que sejam seus defeitos — não pode deixar de ser obedecida".

No projeto de emenda enviado pelo Presidente, o jurista destacou "dois pontos acertados". O primeiro, a atribuição conjunta de funções legislativas e constituintes ("no sentido am-

plu desta palavra") aos deputados senadores a serem eleitos em 1986.

— Em segundo lugar, é de merecer elogios a deliberação no sentido de que a futura Constituição venha a ser aprovada por maioria absoluta, para evitarmos lamentáveis votações ocasionais, tais como se deram em 1946 e em 1967, criando privilégios a favor de determinadas categorias sociais — observou Miguel Reale.

Desafio

Em Brasília, o Ministro Marco Maciel, da Educação, disse que o maior desafio dos constituintes a serem eleitos em 86 é a elaboração de um texto "enxuto" sem muitos detalhes, como projetos polêmicos ou determinações desnecessárias. O PFL, partido do Ministro, vai elaborar um anteprojeto de Constituição para os debates e, para a comissão encarregada do trabalho, já estão convidados o jurista Célio Borja, assessor especial do Presidente José Sarney, e o Governador Roberto Magalhães, de Pernambuco.

Maciel — Senador eleito em 82, e portanto, até agora, previamente investido de poderes constituintes se abdicar do Ministério — diz que sua decisão de deixar o cargo para participar da Assembleia dependerá de entendimentos com o Presidente José Sarney.

O Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, disse que deseja que o novo texto constitucional tenha "uma permanência longa".

Leia editorial Convocação Nacional

Críticos do projeto prometem agir

Brasília — Nem todos os convidados foram ao Palácio do Planalto para aplaudir a proposta de convocação da Constituinte feita pelo Governo: o PDT, o PT, o PTB e a Ordem dos Advogados do Brasil lá estiveram levando opiniões contrárias à forma e ao conteúdo da proposta de Sarney ao Congresso Nacional.

O Deputado Nadyr Rossetti, líder do PDT, reafirmou que apresentará emendas à proposta, quando iniciar sua tramitação no Congresso em agosto, para a convocação conjunta de eleições diretas para a Presidência da República em 1986. Mas não quis opinar sobre a mensagem de Sarney: "Seria incoerente comparecer, como convidado, e falar mal".

Emenda Righi

O líder do PTB, Deputado Gastone Righi, dizia que vai usar o regimento interno do Congresso para impedir que a emenda Sarney atropela a que ele mesmo apresentou e que, colocada na ordem-dia, não obteve quórum para ser discutida e votada.

A ideia de Righi é, quando terminar a tramitação da emenda Sarney, exigir que ela seja acoplada à sua, mais antiga e com o mesmo objetivo, conforme determina o regimento. Segundo o líder do PTB, as forças governistas do Congresso não podem sequer manobrar para colocar a emenda Righi em votação antecipadamente, com o objetivo de derrotá-la, porque regimentalmente sua derrota impediria a apreciação, na mesma sessão

legislativa, de qualquer outra emenda de igual objetivo.

No conteúdo, a emenda Righi é muito semelhante à proposta por Sarney, com apenas duas diferenças básicas: limita a soberania da Constituinte, proibindo deliberações tendentes a abolir a República e a Federação, e garante a participação dos senadores eleitos em 1982, cujos mandatos irão até 1990. Na emenda Sarney, a presença desses senadores na Constituinte está apenas implícita.

— O Governo torpedeou minha emenda exclusivamente para faturar prestígio político com esta solenidade. É ainda um vezo do autoritarismo, que coloca o Executivo sempre acima do Legislativo — afirmava Gastone Righi.

Emenda do PT

O Partido dos Trabalhadores aproveitou a ida do líder Djalma Bom ao Palácio para entregar a Sarney, em mãos, a emenda constitucional que propõe eleição para constituinte a 1º de março de 1986 e sua instalação a 21 de abril, no primeiro aniversário da morte do Presidente Tancredo Neves.

A emenda do PT prevê uma Constituinte totalmente desvinculada do Congresso, formada por integrantes eleitos proporcionalmente ao número de eleitores de cada Estado, e sugere a eleição a 15 de novembro próximo, em todos os municípios, de comissões consultivas municipais, dando-lhes prazo de três meses

para enviarem à Constituinte suas sugestões para a elaboração da nova Carta.

Na emenda, o PT propõe a extinção do Conselho de Segurança Nacional, a revogação das salvaguardas do Estado e das leis de segurança nacional, de greve e de imprensa.

Com o PT concorda o Presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Baeta, para quem a Constituinte só será livre e soberana se desvinculada do Congresso. Baeta, porém, justificou sua presença na solenidade do Palácio do Planalto:

— De qualquer forma, o ato de convocação é importante porque marca o rompimento dos poderes constituídos com as instituições da ditadura.

Até líderes do Governo, como o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), tinham restrições ao ato convocatório proposto por Sarney, por não definir claramente a situação dos senadores eleitos em 1982. O Senador acha que, para participar da Constituinte, o terço do Senado que não será renovado em 1986 deve ser submetido a um referendo popular.

— O texto da convocação não fala disso, mas em seu discurso o Presidente Sarney disse que os constituintes serão "os eleitos em 1986". Não foi sem pensar que ele falou assim, e eu interpreto isso como uma abertura para o Congresso, por meio de emendas, resolver esse problema dos senadores de 1982 — afirmou Fernando Henrique Cardoso.

OAB propõe duas eleições em 1986

Brasília — O ministro da Justiça, Fernando Lyra, garantiu ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Baeta, que "o destinatário do esboço a ser elaborado pela comissão constitucional será o povo, a sociedade, e não a Assembleia Nacional Constituinte". A afirmação agradou Baeta: "Isso é justamente o contrário das declarações de Afonso Arinos, presidente da comissão, quando anuncia que fará um anteprojeto da Constituição", disse o presidente da OAB.

No encontro que teve com o Ministro Fernando Lyra, Baeta só não se convenceu de que a melhor forma de convocação e funcionamento da Constituinte é a proposta pelo Executivo. Ele afirmou que a OAB vai tentar influenciar o Congresso para emendar a mensagem do

Governo, a fim de evitar que os integrantes da Constituinte sejam os mesmos eleitos para o Congresso ordinário. Mas, caso isso não aconteça, a OAB participará de ampla campanha "para estimular e conscientizar o povo a votar nos candidatos comprometidos com seus interesses".

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, depois da conversa com o Hermann Baeta, considerou "irreal" a proposta da OAB. Para Lyra, realizar duas eleições em um ano "não é factível". "Só se houvesse ruptura do Congresso", acrescentou.

A OAB tem opinião que coincide com a emenda do PT. Quer eleger e instalar a Constituinte no início do próximo ano, e eleger o Congresso ordinário em novembro. Baeta argumentou que a Assembleia Nacional Constituinte fun-

cionando com os mesmos integrantes do Congresso, "vai legislar em causa própria".

Fernando Lyra, contra-argumentou dizendo que os líderes políticos querem participar também da Constituinte: "Como iríamos convencer os congressistas a votarem contra eles próprios?" Ele lembrou ainda, que ficaria muito difícil para o eleitor e deu um exemplo:

— Eu gostaria de votar no Dr Ulysses Guimarães para Deputado mas também gostaria de votar nele para a Constituinte.

Para Fernando Lyra, a fórmula proposta pela Ordem dos Advogados equivale a dizer "aos membros do conselho da OAB que eles não poderiam advogar".

4. Constituinte